

CADÊ O AQUE?

Cadê o aque? Mapeando ausências, (des)encaixes e possibilidades entre as organizações de travestis e mulheres transexuais e a filantropia no Brasil.

MARIA CLARA ARAÚJO DOS PASSOS

APOIO

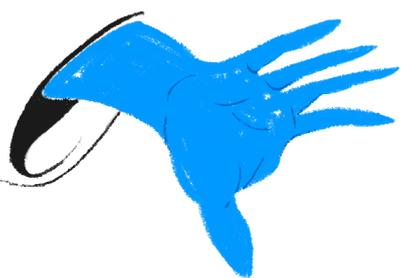


comuá Associação de
Filantropia que
transforma



Cadê o aquê? Mapeando ausências, (des)encaixes e possibilidades entre as organizações de travestis e mulheres transexuais e a filantropia no Brasil

Maria Clara Araújo dos Passos¹



¹ Maria Clara Araújo dos Passos é pedagoga pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestranda em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo. Tem atuado há quase uma década como educadora e articuladora política. É autora de Pedagogias das Travestilidades (Civilização Brasileira, 2022). Foi uma das pesquisadoras bolsistas do Programa Saberes (2024) da Rede Comuá. Atualmente é a Movement Partnerships Coordinator do Black Feminist Fund.

Coordenação, Pesquisa e Análise

Maria Clara Araújo dos Passos

Mentoria

Viviane Vergueiro – International Trans Fund
Bruna Benevides – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Apoio Institucional

Rede Comuá
Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Revisão Textual

Daniela Martins Fernandes

Diagramação e Design Gráfico

Gabe Paraíso

P289c

Passos, Maria Clara Araújo dos

Cadê o quê?: mapeando ausências, (des)encaixes e possibilidades entre as organizações de travestis e mulheres transexuais e a filantropia no Brasil / Maria Clara Araújo dos Passos; Prefácio de Bruna Benevides; Posfácio de Viviane Vergueiro Simakawa. – Rio de Janeiro: Rede Comuá, 2024.

Livro em PDF

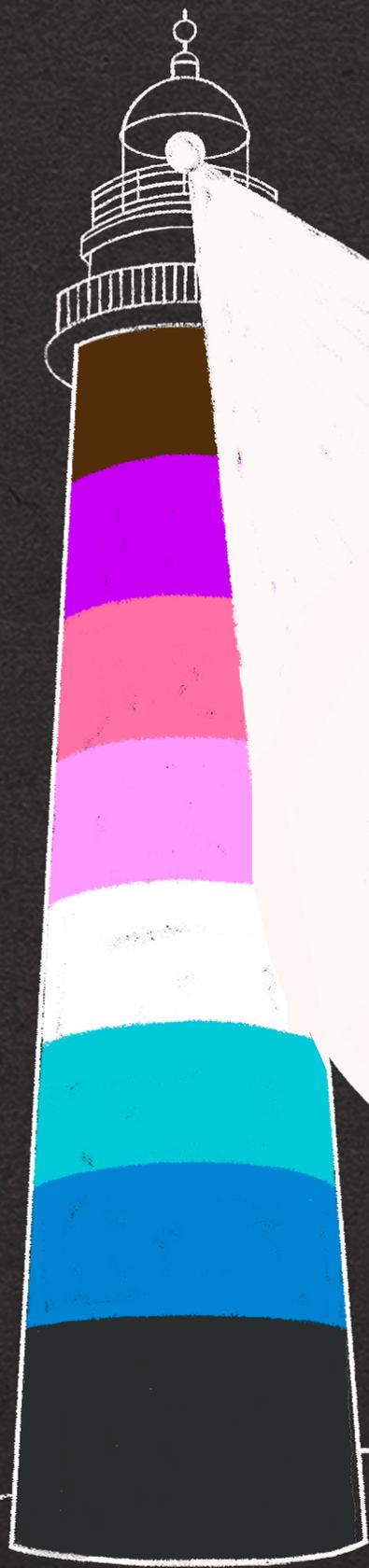
ISBN 978-65-83433-02-2

1. Filantropia. 2. Justiça social. 3. Transexualidade. I. Passos, Maria Clara Araújo dos. II. Benevides, Bruna (Prefácio). III. Simakawa, Viviane Vergueiro (Posfácio). IV. Título.

CDD 366.9



Sumário



- 5 Prefácio: Muitos desafios, algumas conquistas e pouco "aquê"
- 7 Questões introdutórias: Intervir no presente
- 11 Problematizar ausências
- 13 Manejar (des)encaixes
- 17 Nutrir possibilidades
- 19 Considerações finais: Especular um futuro
- 21 Posfácio: Apesar de tantas "penaões", especulamos porque existimos

Prefácio: Muitos desafios, algumas conquistas e pouco “aquê”

O Brasil e outros países têm vivido uma era de intensas disputas sobre os direitos humanos, em que a população de travestis e pessoas trans se encontra no centro de um projeto político, jurídico, social e econômico que visa erradicar sua existência da vida pública. Os movimentos sociais de pessoas trans em diferentes continentes estão reportando a existência de um projeto antitrans que busca, em escala transnacional, criminalizar, marginalizar e apagar as vivências trans.

No entanto, no caso do Brasil, contra todas as previsões e manobras institucionais, a população de travestis e pessoas trans tem se mantido organizada e, acima de tudo, resistente. O projeto de erradicação da nossa população tem falhado neste país porque seguimos atuando em rede, conscientes e fortalecidas por mais de três décadas. Seguimos mostrando como a resistência trans é uma força que continua se erguendo, enfrentando perseguições e violências de múltiplas ordens e em diferentes tempos.

No que concerne especificamente o estado do financiamento às organizações lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais, a pesquisa realizada por **Maria Clara Araújo dos Passos** reitera o que a **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)** já vinha alertando ao longo dos últimos anos: **há um subfinanciamento vigente que ameaça a continuidade dessas organizações e o fortalecimento das ações realizadas por elas.**

Essa conjuntura impõe um grande desafio ao nosso movimento, que tem promovido transformações estruturais de considerável impacto na vida material de travestis e pessoas trans no Brasil. O trabalho realizado por lideranças travestis e mulheres transexuais tem intervindo na forma como a sociedade se relaciona com suas identidades e das demais pessoas trans. No entanto, a escassez de recursos financeiros coloca em risco a nossa trajetória de conquistas.

É fundamental que se compreenda o quanto o acesso limitado a recursos filantrópicos está diretamente vinculado à própria sobrevivência do Movimento Trans no Brasil. Enquanto ANTRA, temos analisado como as poucas oportunidades de captação de recursos são, em geral, associadas a projetos específicos, de curta duração e com objetivos pré-definidos, o que restringe a autonomia das organizações.

Como resultado, muitas delas são levadas a direcionar todos os seus esforços à execução desses projetos, frequentemente em detrimento de suas metas estratégicas de médio e longo prazo. Essa dinâmica reduz significativamente a capacidade de atuação independente, fragilizando a luta pelos direitos trans e a consolidação de um trabalho consistente, contínuo e sustentável.

Diante disso, torna-se urgente que as organizações brasileiras comprometidas com o fortalecimento dos direitos de travestis e pessoas trans sejam contempladas por editais específicos e recursos diretos, que priorizem o fortalecimento institucional dessas organizações e suas ações de advocacy e litigância estratégica. Entretanto, aponto que não se trata apenas de garantir financiamento, mas de assegurar que as iniciativas contemplem as necessidades reais e variadas da população trans, levando em consideração o contexto de intensificação da agenda antitrans em nível global.

Esse avanço da retórica antitrans tem sido financiado por setores autoritários que destinam grandes quantias, dispendo de tempo e recursos diversos para promover ataques aos direitos de travestis e pessoas trans nas esferas jurídicas e legislativas do Estado, assim como em outros setores da sociedade como universidades e instituições privadas.

Concomitante a esse cenário, também estamos observando um crescente desfinanciamento e desinvestimento de agendas de justiça de gênero e racial, especialmente em comparação com períodos anteriores. A destinação de recursos filantrópicos e do investimento social-privado destinados à população LGBTI+ estão sendo reduzidos. Esse processo é ainda mais significativo quando consideramos a situação específica da população de travestis e pessoas trans, que enfrenta maiores barreiras no acesso a esses recursos.

Outro ponto que também merece destaque é a ausência ou exclusão recorrente da diversidade de gênero e da interseccionalidade em editais e recursos voltados para as lutas feministas, antirracistas, antiproibicionistas, por justiça climática, geração de emprego e renda, entre outras.

Embora algumas instituições se afirmem aliadas a essas lutas, a inclusão de travestis e mulheres transexuais nesses processos é frequentemente negligenciada, ou, quando ocorre, é em proporções extremamente limitadas. Isso resulta em uma alocação insuficiente de recursos para iniciativas que buscam atender essas pessoas, perpetuando a sua invisibilidade e a marginalização dentro de movimentos que deveriam ser inclusivos.

Portanto, finalizo afirmando a relevância da pesquisa **Cadê o aquê? Mapeando ausências, (des)encaixes e possibilidades entre as organizações de travestis e mulheres transexuais e a filantropia no Brasil** de **Maria Clara Araújo dos Passos** e o seu chamado a uma reflexão crítica sobre quem tem acessado financiamentos na atualidade e quais são os compromissos e as ações que são priorizados pelos agentes que decidem o destino desses recursos advindos do ecossistema filantrópico brasileiro.

O Movimento Trans brasileiro precisa ser fortalecido. Agora, mais do que nunca, diante do avanço das políticas antitrans, é indispensável que as nossas organizações continuem sendo capazes de promover avanços. Como presidenta da **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)**, gostaria de reforçar o chamado por parcerias horizontais e duradouras, comprometidas em promover igualdade de acesso para as organizações lideradas ou representadas por travestis, mulheres transexuais e demais pessoas trans. Precisamos assegurar que a luta trans tenha os meios necessários para continuar atuando pela defesa e ampliação dos direitos das pessoas trans no Brasil e no mundo.

Bruna Benevides¹

¹ Bruna Benevides é presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Militar antifascista, sargenta da Marinha Brasileira, travesti, feminista. Fundadora da Marsha Trans Brasil. Coordenadora da pesquisa anual sobre violência contra a população Trans desde 2017 e pesquisadora sobre pessoas trans nas eleições e violência política. Publicou pesquisa sobre a situação de pessoas trans no sistema prisional e cartilhas sobre segurança para a comunidade LGBTQIA+. É membra titular do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres junto ao Ministério das Mulheres.

1

Questões introdutórias: Intervir no presente

Estamos testemunhando investidas contra os direitos de pessoas trans em diferentes partes do mundo e por uma diversidade de atores.¹ Estratégias de mobilização incendiárias estão sendo compartilhadas e replicadas. Apesar de certas análises insinuarem que as políticas antitrans não devem ser consideradas por discussões macropolíticas preocupadas com a defesa dos princípios democráticos, relegando-as ao mero lugar de uma “agenda de costumes”, ativistas e intelectuais trans reconhecem como os seus direitos vêm ocupando um lugar central nas disputas atuais pelas democracias.²

Nos Estados Unidos, a campanha de Donald Trump afirmou que Kamala Harris apoia utilizar a arrecadação de impostos para financiar cirurgias de afirmação de gênero em imigrantes sem documentos e pessoas que estão em situação de cárcere com o intuito de atacá-la.³ No período de agosto a outubro de 2024, candidatos republicanos destinaram mais de US\$65 milhões para promover anúncios antitrans, sendo uma estratégia eleitoral utilizada por diversas campanhas. Essas peças publicitárias foram exibidas em mais de uma dúzia de estados, centrando-se na antagonizando à população trans.⁴

Nesse contexto, destaca-se a campanha de Donald Trump, que, isoladamente, investiu mais de US\$15 milhões em propagandas antitrans. No Reino Unido, seu novo primeiro-ministro, supostamente progressista, afirmou que é preciso “defender os espaços das mulheres biológicas”.⁵ No continente africano, atores externos estão influenciando líderes locais para que mais leis punitivas sejam aprovadas.⁶



1 Céu Cavalcanti. (2023). A perigosa agenda antitrans e sua instrumentalização por organismos de direitos humanos. Portal Terra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/opiniao/antra/a-perigosa-agenda-antitrans-e-sua-instrumentizacao-por-organismos-de-direitos-humanos.83577675d96fdb184b994a0082e9fda81g3efgf.html>. Acesso em: 25 out. 2024.

2 ABIA et al. (2021). Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de estado, legislação e mobilização social. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinares de Aids - ABIA. <https://generoeducacao.org.br/mude-sua-escola/relatorio-ofensivas-antigenero-no-brasil-politicas-de-estado-legislacao-mobilizacao-social/>. Acesso em: 25 out. 2024.

3 Christopher Wiggins. (2024). Donald Trump's latest anti-transgender attack on Kamala Harris 'reeks of desperation,' advocates say. Advocate. Disponível em: <https://www.advocate.com/election/glaad-slams-transphobic-trump-ad>. Acesso em: 25 out. 2024.

4 Samantha Riedel. (2024). Republican Candidates Have Spent More Than \$65 Million on Anti-Trans Ads Since August. Them. Disponível em: <https://www.them.us/story/trump-republican-campaign-anti-trans-ads-election>. Acesso em: 25 out. 2024.

5 Samantha Riedel. (2024). Republican Candidates Have Spent More Than \$65 Million on Anti-Trans Ads Since August. Them. Disponível em: <https://www.them.us/story/trump-republican-campaign-anti-trans-ads-election>. Acesso em: 25 out. 2024.

6 Id. (2024). Here's What the Election of the U.K.'s New PM Means for LGBTQ+ Rights. Them. Disponível em: <https://www.them.us/story/keir-starmer-election-uk-lgbtq-rights>. Acesso em: 25 out. 2024.

6 Nicholas Bariyo; Gabriele Steinhauser. (2024). Russia and U.S. Religious Conservatives See Common Foe in Africa: Gay Rights. The Wall Street Journal. Disponível em: <https://www.wsj.com/world/africa/russia-and-u-s-religious-conservatives-see-common-foe-in-africa-gay-rights-53edee87>. Acesso em: 25 out. 2024.

No caso do Brasil, a vida da população de travestis e transexuais segue sendo fortemente marcada pela transfobia e por desafios estruturais em diversas áreas. Devido ao trabalho de organizações da sociedade civil, que se incumbiram de fazer o registro da violência antitrans no país diante da ausência do Estado, sabemos que o Brasil continua liderando as estatísticas de assassinatos de pessoas trans no mundo, com dados alarmantes de violência física, psicológica e institucional.⁷ Em paralelo, cresce vertiginosamente o número de propostas legislativas apresentadas ao legislativo brasileiro que buscam intensificar o cerceamento dos direitos de travestis e transexuais. Em janeiro de 2014, a jornalista Dani Avelar levantou que havia sessenta e sete (77) leis antitrans vigentes no Brasil.⁸ No bojo desse contexto, cabe mencionar como o Estado brasileiro continua se negando a apreender como o direito à identidade de gênero é condição para o alargamento da nossa democracia.⁹ Casos como o da nova carteira de identidade nacional¹⁰ realçam os desafios que ainda se impõem, apesar da presunção de uma certa porosidade por parte da gestão atual.

Do ponto de vista do campo filantrópico, em suas últimas pesquisas, o Global Philanthropy Project vem destacando o alarmante financiamento destinado para organizações e agendas antiLGBTI+. **O orçamento de organizações antigênero baseadas nos Estados Unidos de 2008 a**

2017 foi de US\$6,2 bilhões. Nesse mesmo período, onze organizações injetaram ao menos US\$1 bilhão de financiamento em outros países como parte de suas táticas de mobilização.¹¹ Juntando a receita de apenas três grupos – Alliance Defending Freedom, Focus on the Family e The Christian Broadcast Network –, **outro US\$1 bilhão foi assegurado em 2021 e 2022.** Em contrapartida, durante o mesmo período, apenas 15% do já escasso recurso destinado aos movimentos LGBTI+ contemplaram a população trans.¹²

Pessoas trans estão sendo violentamente atingidas pelo avanço global do autoritarismo, mas são um dos grupos menos apoiados quando financiadores buscam fortalecer a sociedade civil à procura de alternativas.

Essa foi a conjuntura que incitou a realização da minha pesquisa **“Cadê o aquê?” Mapeando ausências, (des)encaixes e possibilidades entre as organizações de travestis e mulheres transexuais e a filantropia no Brasil**, no âmbito do Programa Saberes da Rede Comuá. Já há um debate e um esforço de compreensão em nível internacional sobre o estado do financiamento para organizações trans,¹³ mas, no caso do Brasil, carecíamos de um estudo desde a filantropia que ilustrasse a realidade que estamos vivendo no país, a partir da produção de dados relevantes e de uma análise qualitativa assertiva. **O objetivo principal da pesquisa foi realizar um estudo preliminar sobre a relação entre as**

7 Bruna G. Benevides. (2024). Dossiê de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023. Brasília-DF: Distrito Drag; ANTRA. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

8 Dani Avelar. (2024) Brasil tem pelo menos 77 leis em vigor em 18 estados. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/brasil-tem-pelo-menos-77-leis-antitrans-em-vigor-em-18-estados.shtml>. Acesso em: 25 out. 2024.

9 Flávia Biroli. (2018). Gênero e democracia. São Paulo: Boitempo.

10 Fernanda Bastos; Caio Alves. (2023) Novo RG: governo recua e documento mantém campo 'sexo' e nome de registro separado do nome social. G1 DF. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/12/02/novo-rg-governo-recua-e-documento-mantem-nome-de-registro-separado-do-nome-social-e-o-campo-sexo.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2024.

11 Global Philanthropy Project. (2020). Meet the Moment: A Call for Progressive Philanthropic Response to the Anti-Gender Movement. GPP. Disponível em: <https://globalphilanthropyproject.org/2020/11/12/meet-the-moment/>. Acesso em: 25 out. 2024.

12 Id. (2024). Global Resources Report: Government & Philanthropic Support for Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Intersex Communities. 2021-2022. Wilmington-DE: GPP, 2024. Disponível em: https://globalresourcesreport.org/wp-content/uploads/2024/06/GRR_2021-2022_WEB-Spread-Colour_EN.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

13 American Jewish World Service; Astraea Lesbian Foundation for Justice; Global Action for Trans Equality. (2017). The State of Intersex Organizing (2nd edition) and The State of Trans Organizing (2nd edition). GPP. Disponível em: <https://globalphilanthropyproject.org/2017/10/31/the-state-of-intersex-organizing-2nd-edition-and-the-state-of-trans-organizing-2nd-edition/>. Acesso em: 25 out. 2024.

organizações de travestis e mulheres transexuais e o ecossistema filantrópico no Brasil.

Como autora da pesquisa, acho importante salientar o caráter implicado deste estudo. A literatura acadêmica produzida pelo campo de estudos de gênero nacional e internacional vêm há décadas ressaltando a potencialidade de uma produção de conhecimento situada.¹⁴ Por isso, afirmo que a trajetória percorrida como pesquisadora do Programa Saberes foi alimentada pelos *crossings*¹⁵ que me constituem, como acadêmica, ativista e alguém que trabalha em um fundo internacional.

Toda pesquisa envolve tomar determinadas decisões e assim como em trabalhos anteriores,¹⁶ mais uma vez decidi olhar para o Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais. O próprio limite da pesquisa dificultaria a realização de uma análise que fosse capaz de dar conta das diversidades, assimetrias e disputas no campo discursivo de ação trans no Brasil,¹⁷ não obstante, espero que a realização desta investigação seja apenas o início da nossa intervenção, enquanto população trans, na filantropia brasileira.

Nessa direção, o aniversário de vinte anos do **Dia da Visibilidade Trans**, instituído em 2004 no Brasil a partir da incidência de ativistas travestis e mulheres transexuais, coloca uma tarefa necessária:

É preciso perguntar como chegamos até aqui, em que ponto estamos e para onde queremos ir.

Perante um contexto adverso, em que o direito à identidade de gênero vem sendo distorcido e utilizado para criar um cenário de ressentimento e ansiedade social, a realização da pesquisa teve como pano de fundo a necessidade de fortalecer as alianças já existentes e de pressionar para que novas parcerias sejam estabelecidas. Os dados quantitativos levantados foram, sem dúvidas, importantes e materializam apontamentos feitos há mais de uma década sobre a escassez de recursos com a qual as organizações têm trabalhado. Além dos números, há também o interesse de qualificar o debate sobre o que envolve apoiar o trabalho de organizações brasileiras lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais em uma temporalidade atravessada por campanhas antidireitos.

14 Donna Haraway. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 25 out. 2024.

15 M. Jacqui Alexander. (2005). *Pedagogies of Crossing*. Durham: Duke University Press.

16 Maria Clara Araújo dos Passos. (2022). *Pedagogias das Travestilidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

17 Thiago Coacci. (2018) *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. 290 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B32NG7>. Acesso em: 25 out. 2024.

Atuando em dezessete (17) estados da federação, **trinta e duas (32) organizações lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais participaram da pesquisa** por meio do formulário construído com o apoio da Rede Comuá e das duas mentoras, Viviane Vergueiro e Bruna Benevides.

Tabela 1 – Perfil das organizações que responderam o formulário da pesquisa

Representação	Região	Porcentagem
38% eram organizações de pessoas trans lideradas por travestis e mulheres transexuais;	41% das organizações estão localizadas no Sudeste;	53% das organizações foram fundadas entre 2010-2019;
25% eram organizações específicas de travestis e mulheres transexuais;	28% das organizações estão localizadas no Nordeste;	25% das organizações foram fundadas entre 2000-2009;
16% eram organizações LGBTQI+ lideradas por travestis e mulheres transexuais;	13% das organizações estão localizadas no Centro Oeste;	13% das organizações foram fundadas entre 2020-2024;
16% eram organizações LGBTQI+ em que travestis e mulheres transexuais estão representadas;	9% das organizações estão localizadas no Norte;	9% das organizações foram fundadas entre 1990-1999.
6% eram organizações de pessoas trans em que travestis e mulheres transexuais estão representadas.	9% das organizações estão localizadas no Sul.	

Fonte: elaboração própria.

Doze ativistas-gestoras concederam entrevistas de aproximadamente 50 minutos guiadas por um roteiro semiestruturado. Gostaria de pontuar que considero os números apresentados um êxito. Mobilizar gestoras travestis e transexuais, que são ativistas, para investigações é um desafio. Após décadas de colonização discursiva¹⁸, levando-as a desacreditarem da pesquisa como ferramenta de transformação, essas lideranças aceitaram contribuir para esta produção de conhecimento por acreditarem na contribuição que seria dada. **Agradeço especialmente a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, na pessoa de sua presidenta, Bruna Benevides, pelo apoio fundamental na mobilização da rede de afiliadas da ANTRA.** Destaco o pioneirismo e o trabalho de excelência realizado pelas lideranças que contribuíram para esta pesquisa, visto que muitas delas tiveram que aprender de forma autônoma como gerir uma instituição do terceiro setor.

Com um compromisso ético, político e epistemológico em mente, compartilho o presente relatório como um **chamado à filantropia de/para justiça social.**

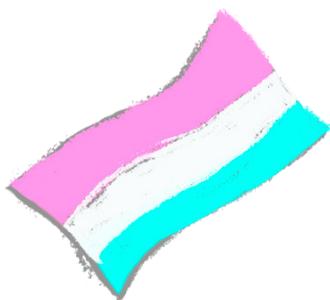
18 Chandra Talpade Mohanty. (2020). Sob olhos ocidentais. Tradução de Ana Bernstein. Rio de Janeiro: Zazie.

2

Problematizar ausências

Venho pensando sobre as ausências há algum tempo.¹⁹ Ou melhor, tenho investido em descortinar como certas ininteligibilidades foram construídas quando falamos sobre os acessos – ou a falta deles – permitidos a travestis e mulheres transexuais brasileiras. Ao invés de adotar uma chave simplista, restrita à narrativa da inclusão/exclusão, tenho me perguntado como certas (im)possibilidades foram produzidas quando revisitamos a história sociopolítica da nossa população.

Por mais problemáticos que sejam os discursos de ineditismo – “a primeira travesti (...)” –, eles passam a ser articulados em decorrência de uma lacuna que por muito tempo não foi preenchida. E foi assim que, ao pesquisar sobre a relação entre as organizações de travestis e mulheres transexuais e a filantropia no Brasil, também me deparei com as ausências.



O fato de **100% das organizações que responderam o formulário ter atestado não possuir recursos para garantir a sua sustentabilidade e a realização** das ações previstas para o ano não somente indica um alarmante cenário de precariedade institucional, como também explicita um quadro de indiferença por parte do ecossistema filantrópico brasileiro. **Essas lideranças e suas organizações não consideram que a filantropia no Brasil reconheceu plenamente o trabalho que realizam.**

Apesar de terem reportado dezoito (18) áreas de atuação – Educação, Saúde, Segurança Pública, Arte e Cultura, Moradia, Trabalho, Direitos Humanos, Povos e Comunidades Tradicionais e de Terreiro, Comunicação, Incidência Política, Esportes, Tecnologia, Justiça Climática, Combate ao Racismo, Migração e Refúgio, Organização de Paradas LGBTQIA+, Justiça Alimentar, Empreendedorismo –, demonstrando como as organizações não se restringem a certas prescrições temáticas, elas seguem sendo desconsideradas ou submetidas a um processo descrito em entrevista como um “ciclo de exaustão”, em que a tarefa extenuante de captar recursos para projetos se torna a única forma de garantir uma mínima continuidade dos trabalhos.



Assim como no caso dos movimentos feministas negros,²⁰ **as organizações lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais no Brasil seguem majoritariamente apenas acessando financiamentos de curto prazo e com valores aquém do que necessitam para garantir estabilidade institucional e planejamento estratégico.**

19 Maria Clara Araújo dos Passos; Carla Cristina Garcia. (2021). Entre inexistências e visibilidades: a agência sociopolítica de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil (1979-2020). Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, [S. l.], v. 4, n. 14, p. 32-53, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12282>. Acesso em: 25 out. 2024.

20 Awa Fall Diop; Cynthia Eyakuze; Maie Panaga Babker; Yannia Sofia Garzón Valencia; Timiebi Souza-Okpofabri. (2023). Onde está o dinheiro para os Movimentos das Feministas Negras? Edição de Hakima Abbas. [S. l.]: Black Feminist Fund (BFF). Disponível em: <https://www.fundblackfeminists.org/home-portuguese>. Acesso em: 25 out. 2024.

70% das organizações afirmaram possuir menos de cinquenta mil reais (R\$50.000) de orçamento para o ano fiscal de 2024.

Esse cenário de subfinanciamento culmina no fato de que apenas **6% das organizações remuneram sua equipe**. Embora possuam capacitação técnica e estejam atuando em diversos níveis – estadual (41%), municipal (23%), nacional (20%), regional (11%) e internacional (5%) –, sendo capazes de desenvolver um trabalho relevante e em rede, as organizações brasileiras de travestis e mulheres transexuais ainda carecem de apoios que as fortaleçam institucionalmente.



Em entrevistas, as lideranças afirmaram que essa é uma das consequências de apenas serem consideradas – quando são – para financiamentos de projetos. **Além de inviabilizar que estipulem objetivos e executem ações de longo-prazo, também não conseguem garantir a contratação e remuneração das pessoas que colaboram diretamente, e de forma contínua, para as organizações.** Um ciclo de precarização dessas atuações é produzido e mantido.

Quando questionadas sobre os maiores empecilhos que enfrentam quando buscam por apoio, as ativistas-gestoras entrevistadas foram enfáticas: **“a burocracia é o gargalo de tudo”**. Foi recorrente o relato acerca de como ainda há um longo caminho a ser percorrido pelo ecossistema filantrópico brasileiro para construir chamadas que possam oportunizar, e não obstaculizar, o acesso dessas organizações aos financiamentos.

Por exemplo, estamos falando de formulários com linguagem acessível e requisitos que dialogam com a realidade material de populações vulnerabilizadas. **100% das organizações que responderam não possuem CNPJ (41%) pretendem obter o registro.** Não se trata de negar as formalidades existentes, mas sim entender que alguns grupos sociais não acessam as burocracias estatais da mesma forma que outros. Quando conseguem acessar, uma realidade relatada foi como seguem enfrentando dificuldades para manter a formalização de suas organizações devido aos custos altos

Nesse sentido, a pesquisa também constatou como **falta sensibilidade** para a compreensão das especificidades da população de travestis e mulheres transexuais. Isso também se deve à ausência dessas pessoas como profissionais atuantes nas instituições que compõem o ecossistema no Brasil. **A filantropia brasileira carece de uma lente travesti.** Por isso, é necessário problematizar como essas ausências seguem ativamente produzindo o não acesso de travestis e mulheres transexuais à filantropia, seja no mercado de trabalho ou na posição de lideranças que estão à frente de organizações da sociedade civil.

3

Manejar (des)encaixes

A despeito de seus próprios dados,²¹ o Brasil tem acumulado uma série de precedentes no que diz respeito ao direito à identidade de gênero. Avança o entendimento de que reconhecer a autodeterminação de gênero de travestis e pessoas transexuais é condição para a efetivação do acesso dessa população a uma série de garantias fundamentais.

Além disso, o país também vem testemunhando a presença afirmativa de parlamentares travestis e mulheres transexuais em Câmaras Municipais, Assembleias Estaduais e na Câmara Federal. Perante um cenário de desdemocratização, em que o discurso antigênero contribui para a erosão da democracia no Brasil,²² de forma muito estratégica, **a população de travestis e mulheres transexuais também tem disputado as morfologias do Estado.**²³

Essa crescente visibilidade e a consequente contribuição para a construção democrática têm posicionado o Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais como um ator coletivo relevante, o que tem impulsionado parcerias inéditas entre organizações lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais e algumas instituições que compõem os ecossistemas filantrópicos nacional e internacional. Como demonstrado na seção anterior, as ausências persistem. **Por isso, essas novas experiências podem nos indicar caminhos valiosos para**

que o financiamento às organizações brasileiras lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais não seja apenas uma realidade para poucas.

A escolha pelo termo “(des)encaixes” foi intencional desde o momento da escrita do projeto de pesquisa. Havia uma hipótese, subsidiada pela literatura acadêmica acerca dos movimentos sociais,²⁴ sobre como organizações da sociedade civil experienciam negociações e tensões ao interagirem desigualmente com instâncias como o Estado ou instituições filantrópicas. O “(des)encaixe” fala sobre esse tipo de manejo ambivalente feito pelas organizações da sociedade civil nos momentos em que tentam incorporar suas demandas ao processo de escrita do Estado ou buscar recursos da filantropia.

Quando questionadas se já receberam algum tipo de financiamento por parte da filantropia nacional e internacional, as organizações que responderam o formulário citaram nominalmente **sete (7) instituições filantrópicas nacionais** (Fundo Positivo, Fundo Brasil de Direitos Humanos, Elas+, Instituto Phi, Instituto da Criança, Casa Fluminense e Ação da Cidadania) e **seis (6) instituições filantrópicas internacionais** (*Red Umbrella Fund, International Trans Fund, Outright International, Akāhatā - Equipo de Trabajo en Sexualidades y Gêneros, Stonewall Inn Gives Back Fund, The Warner Music Group / Blavatnik Family Foundation Social Justice Fund*).

21 Maria Clara Araújo dos Passos. (2023). Brasil segue na vanguarda da transfobia. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/11/brasil-segue-na-vanguarda-da-transfobia.shtml>. Acesso em: 25 out. 2024.

22 Flávia Biroli; Juan Marco Vaggione; Maria das Dores Campos Machado. (2020). Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo Editorial.

23 Jacqueline Moraes Teixeira; Olívia Alves Barbosa. (2022) A mulher e a família: agendas pentecostais na disputa pela gramática dos direitos humanos. (SYN) THESIS, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.89-105, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/69311>. Acesso em: 25 out. 2024.

24 Cláudia Pereira Vianna. (2018) Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências. São Paulo: Autêntica.

Quando entrevistadas sobre a construção dessas parcerias, as organizações reafirmam como ainda há um longo caminho a ser trilhado.

Além desse número – treze (13) – ser consideravelmente ínfimo quando comparamos com as experiências de financiamento de outros atores coletivos do campo progressista brasileiro, como o Movimento Feminista ou o Movimento Negro, também notamos uma recorrência de doadores. Ratificando o que foi discutido pelo Global Philanthropy Project em julho deste ano na **Global Trans Conference**²⁵ em Munique (Alemanha), **organizações trans seguem dependentes de um pequeno número de doadores.**

Sabemos que há uma prática coletiva vigente no Brasil que propõe repensar as formas de financiamento e refazer a maneira como a filantropia se relaciona com as organizações da sociedade civil.²⁶ As respostas obtidas pelo formulário e os diálogos estabelecidos nas entrevistas mostraram que as lideranças travestis e mulheres transexuais também desejam contribuir para essa ação e reflexão; **travestis e mulheres transexuais também desejam ser reconhecidas como atrizes que podem trazer aportes valiosos** para o que estamos nomeando como **filantropia comunitária e de justiça social.**

Onde estão as travestis e mulheres transexuais nas equipes das instituições filantrópicas?

Elas estão sendo convidadas para fazer parte de equipes de revisão e escolha dos projetos que serão apoiados?

Pode uma travesti ser conselheira de um fundo no Brasil?²⁷

A partir da análise quanti e qualitativa, foi possível apreender **três principais “(des)encaixes”** que têm permeado a relação entre as organizações de travestis e mulheres transexuais e seus acessos ou não aos recursos filantrópicos.

O primeiro deles já foi citado, mas cabe explicitarmos o que queremos dizer quando falamos sobre como a **burocracia** pode se tornar um impedimento ou dificultante fulcral para o acesso a formas de financiamento por organizações lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais. Novamente gostaria de ressaltar que quando pesquisas interessadas em propor novas práticas para o ecossistema filantrópico brasileiro criticam certos modos burocráticos de financiamento, não se trata de negar a necessidade de formalidades.

25 Global Action for Trans Equalit. (2024). Unite! Advocate! Thrive! Global Trans Conference 2024. GATE. Disponível em: <https://gate.ngo/knowledge-portal/event/unite-advocate-thrive-global-trans-conference-2024/>. Acesso em: 25 out. 2024.

26 Rede Comuá. (2023). Filantropia que transforma: mapeamento de organizações independentes doadoras para sociedade civil nas áreas de justiça socioambiental e desenvolvimento comunitário no Brasil. [S. l.]: Comuá. Disponível em: https://redecoua.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Capa_Comua_vWeb.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

27 Destacamos a presença de Jaqueline Gomes de Jesus no Conselho Deliberativo do Elas+.

Na realidade, certas exigências burocráticas podem se tornar verdadeiros filtros para o acesso a financiamentos, acentuando as desigualdades de gênero e raciais.

Se há o interesse em destinar os recursos para aquelas que atuam nas bases, analisar como **a burocracia pode (re)produzir a transfobia e o racismo institucional** intenta oportunizar acessos e garantir a construção de parcerias duradouras, cabendo ainda apontar a discrepância entre o que é exigido e o que é garantido em termos de recursos.

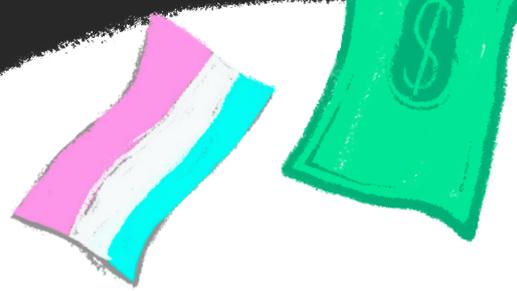
As lideranças apontam que financiamentos que se dão sob lógicas demasiadamente burocráticas falham com a população de travestis e mulheres transexuais.

Estas foram algumas das exigências ou demais condições burocráticas citadas no formulário e em entrevista: **(1)** obrigatoriedade do CNPJ e de um certo tempo de atividade; **(2)** chamadas demasiadamente extensas e com linguagem inacessível; **(3)** ausência de políticas de justiça linguística que disponibilizam chamadas em português e, assim, democratizam o acesso a financiamentos internacionais; **(4)** requerimento de relatórios e demais documentos que justifiquem mudanças nos projetos; **(5)** burocratização do processo de reporting por meio da exigência de relatórios exaustivos e notas fiscais expedidas como MEI (Microempreendedor Individual) para prestação de contas.

As cinco exigências acima se conectam diretamente ao segundo “**(des)encaixe**”, que diz respeito à importância de garantir **flexibilidade**. Cabe pontuar que as análises de organizações lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais no Brasil complexificam a narrativa atual na filantropia sobre um momento excepcional de crise.

Travestis e mulheres transexuais brasileiras indagam se a “crise” é um acontecimento que as atravessou apenas recentemente ou se essa é uma realidade que vem sendo prescrita e mantida para a nossa população há muitas décadas.

Nesse contexto, as organizações se veem frequentemente lidando com urgências de diferentes ordens. Se é do interesse de financiadores aplicar uma lente sensível às especificidades da população de travestis e mulheres transexuais, **assegurar flexibilidade na execução dos recursos figura como uma das principais medidas que urgem ser aplicadas para a construção das relações de parceria com essas lideranças e suas organizações**. Um exemplo do não enrijecimento das exigências diz respeito ao objetivo e às ações escritas no momento da formulação dos projetos, que podem precisar de revisão quando da chegada dos recursos.



Quando se discute no âmbito da filantropia comunitária e de justiça social sobre a importância de reconhecer como os movimentos parceiros possuem os conhecimentos e as competências necessários para uma incidência qualificada em nossa sociedade, essa também é uma discussão sobre como **autonomia** e **flexibilidade** são condições fundamentais para que esses coletivos consigam realizar o trabalho para que foram apoiados. O caso de uma eventual mudança no projeto inicialmente apresentado não deveria se tornar uma situação vexatória de patrulhamento e isso nos leva ao terceiro **(des)encaixe: a construção de relações baseadas em confiança.**

Vejam, quando falo no âmbito desta pesquisa sobre confiança tanto estou me referindo ao descrédito que por vezes é atribuído por financiadores a coletivos liderados por populações vulnerabilizadas, quanto também estou problematizando a maneira específica como travestis e mulheres transexuais são significadas por uma filantropia cisgênera.



Em entrevista, as poucas lideranças que conseguiram acessar recursos filantrópicos afirmaram como ainda é imprescindível desconstruir representações que cristalizaram travestis e mulheres transexuais brasileiras como sujeitas indignas de confiança: um grupo que intrinsecamente não possui uma boa índole e que deve estar em constante vigilância.

O questionamento feito por uma das entrevistadas, "**se é uma doação, por que me sinto vigiada?**", exprime esse incômodo compartilhado por travestis e mulheres transexuais brasileiras que lideram ou representam organizações e expõe o caminho a ainda ser percorrido mesmo por aqueles doadores que se consideram aliados das nossas lutas.

4

Nutrir possibilidades

Em um artigo assertivo, Anwar Ogrm, que é líder de construção de movimento na Global Action for Trans Equality (GATE), escreveu sobre “o tipo de recursos que precisamos”.²⁸ Retendo essa provocação, também penso que devemos elaborar, a partir da realidade brasileira, quais são as possibilidades e os **aprendizados** que surgem quando se constroem parcerias horizontais e dialógicas entre as organizações lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais e a filantropia no Brasil.

Após problematizar como certas ausências persistem e demonstrar como alguns (des) encaixes precisam ser revistos pela filantropia brasileira, acredito que o passo seguinte é dar continuidade ao que venho aprendendo ao longo dos anos com as lideranças do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais: **é preciso também haver espaço para as proposições.**

O exercício analítico empreendido neste relatório não se propõe a ser apenas denunciativo, mas sim **criar uma oportunidade pedagógica de modo que o ecossistema filantrópico brasileiro possa avaliar como tem se relacionado com as organizações lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais.** Os dados quantitativos e qualitativos desta pesquisa ratificam uma proposta já desenvolvida em âmbito internacional, como foi no caso do artigo escrito por Anwar Ogrm:

As organizações brasileiras de travestis e mulheres transexuais precisam acessar um financiamento substancial e de longo-prazo, flexível e baseado em confiança.

A pesquisa mostrou como as organizações necessitam de um financiamento substancial o bastante para fortalecê-las institucionalmente, certificando que possuam recursos para garantir a sua sustentabilidade e a realização das ações estratégicas estipuladas. Para que isso se torne possível, **as organizações de travestis e mulheres transexuais também devem ser consideradas para um tipo de financiamento mais estável, não estando reféns da lógica do apoio anual para projetos.**

Temos uma série de organizações brasileiras lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais que realizam trabalhos consistentes em diversas frentes e diferentes regiões do país, mas elas vêm disputando entre si os poucos editais disponíveis e seus baixos recursos. As organizações sinalizam que muitos doadores possuem linhas diretas de financiamento, como carta-convite, indicação feita por conselho ou outras redes de influência. As organizações brasileiras de travestis e mulheres transexuais questionam por que não estão sendo **mapeadas** e **consideradas** por essas dinâmicas internas.

²⁸ Anwar Ogrm. (2024). Trans Movement Thriving Against All Odds - The Kind Of Money We Need. LinkedIn [GATE]. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/trans-movement-thriving-against-all-odds-kind-money-we-need-4es7c/>. Acesso em: 25 out. 2024.

Do mesmo modo, uma forma mais dialógica de construção de parceria²⁹ se dá a partir da garantia de autonomia e flexibilidade na execução dos recursos destinados. As travestis e mulheres transexuais entrevistadas por esta pesquisa apontaram o quanto é comum que as necessidades institucionais mudem, mas que, apesar das mudanças e muitas vezes por causa delas, as organizações seguem sabendo como melhor aplicar o financiamento o qual acessaram. Esse cenário mais atento às necessidades e especificidades da população de travestis e mulheres transexuais é possível quando também há uma relação de confiança bem estabelecida entre o financiador e as organizações.

Tabela 2 - Áreas das organizações que também poderiam ser fortalecidas pelos financiadores

Fortalecimento das Capacidades	Porcentagem
Organizações que desejam fortalecer sua capacidade de captação de recursos;	24%
Organizações que desejam fortalecer sua capacidade de incidência política;	17%
Organizações que desejam fortalecer sua capacidade de construção de parcerias (network);	15%
Organizações que desejam fortalecer sua capacidade de comunicação;	15%
Organizações que desejam fortalecer sua capacidade de operações (logística e financeiro);	15%
Organizações que desejam fortalecer sua capacidade de governança.	12%

Fonte: elaboração própria.

Como acréscimo, o fato de majoritariamente apenas acessarem financiamentos de curto-prazo, também tem significado que as organizações brasileiras lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais **carecem de suporte não financeiro**, ou seja, de **planos de acompanhamento** (*accompaniment*) que reconheçam os saberes produzidos por elas e potencializem as expertises já acumuladas por esses grupos. Reafirmando o que foi evidenciado no formulário, **houve um indicativo nas entrevistas acerca de como as organizações também desejam ter apoio no fortalecimento de suas capacidades, como meio para qualificar ainda mais o trabalho que realizam.**

29 Paulo Freire. (2021). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

5

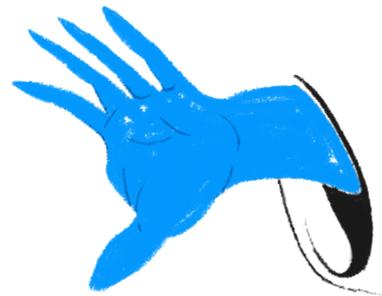
Considerações finais: *Especular* um futuro

Similar ao que foi apontado na introdução a respeito do contexto estadunidense, em agosto deste ano, o jornal brasileiro Diadorim lançou matéria afirmando que “**políticos pagaram mais de cem anúncios contra crianças trans em um ano**”³⁰. Apesar de ser explícito como a população trans está sendo antagonizada por campanhas financiadas pela extrema-direita antigênero, **tarda o reconhecimento de que essa situação precisa ser vista como parte central de um cenário em que princípios democráticos estão sob ataque em todo o mundo.**

Ao invés de restringir esses episódios a um enquadramento incipiente, como uma “cortina de fumaça” de interesse de apenas um grupo, a presente pesquisa e outras experiências recentes – como acompanhar as discussões na *Global Trans Conference* – mostraram como **o ataque ao direito à identidade de gênero afeta todas as pessoas. Defender o direito à pluralidade e à autodeterminação não deve ser uma preocupação ética e política apenas de pessoas trans.**

Embora ainda seja preciso mobilizar novas agentes para dar seguimento ao trabalho iniciado pelas ativistas históricas do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais, na última entrevista realizada, a liderança com quem conversei afirmou que “**via um futuro**”.

Por mais que o cenário fosse desafiador para a sua organização, visto que a carga segue sendo muito pesada para as “mais velhas”, seus olhos marejaram ao relatar como enxergam um caminho brilhante a ser trilhado pelas novas gerações. Esse momento me lembrou automaticamente de um posicionamento escrito por Anwar Ogrm em artigo citado anteriormente:



As organizações brasileiras de travestis e mulheres transexuais não querem apenas sobreviver. Elas desejam prosperar!

Desde o início da pesquisa me preocupei em não limitar a atenção aos **relatos de escassez**. Por vezes, a filantropia parece se alimentar dessas narrativas de dor para justificar a necessidade e relevância do financiamento. Me pareceu ser um caminho analítico mais poderoso chamar atenção para as precariedades que seguem sendo naturalizadas, assim como **inscrever o chamado ao financiamento para organizações brasileiras de travestis e mulheres transexuais a um exercício especulativo comprometido com a construção de futuros mais justos e radicalmente democráticos.**

³⁰ Jess Carvalho. (2024). Políticos pagaram mais de cem anúncios contra crianças trans em um ano. Diadorim. Disponível em: <https://adiadorim.org/reportagens/2024/08/politicos-pagaram-mais-de-cem-anuncios-contra-criancas-trans-em-um-ano/>. Acesso em: 25 out. 2024.

Os ataques antitrans talvez indiquem quem são as lideranças que vêm gestando algumas das principais propostas para o fortalecimento das democracias; quem são aquelas que têm oferecido soluções contundentes para o avanço do autoritarismo no mundo.

Do ponto de vista de uma filantropia comunitária e de justiça social, afirmo que fortalecer a democracia brasileira hoje implica necessariamente garantir **financiamentos substanciais e de longo prazo, flexíveis e baseados em confiança para as organizações lideradas ou representadas por travestis e mulheres transexuais.**

Por fim, faço questão de pontuar que o presente texto não esgota tudo que foi compartilhado pelas organizações no formulário e nas entrevistas realizadas. **Há uma riqueza de saberes advinda do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais que algumas páginas nunca conseguiriam captar plenamente.** Entendo a publicação deste relatório como uma primeira intervenção, individual e coletiva.

Pretendo continuar explorando o que foi levantado pela pesquisa em outras publicações; espero, porém, **que os apontamentos aqui articulados suscitem debates na filantropia brasileira.**

Enquanto trabalhadoras(es) do setor filantrópico, o nosso objetivo principal deve ser a construção de uma sociedade em que a existência da própria filantropia não seja mais necessária.

Agradeço a cada uma das **trinta e duas (32) organizações** e às **doze (12) entrevistadas** que contribuíram para a realização desta pesquisa. Para fins de preservação do anonimato das organizações e lideranças, não irei listar os seus nomes, mas cada linha escrita neste relatório foi subsidiada pelo que generosamente compartilharam comigo. **Que possamos seguir produzindo um conhecimento implicado que visibilize a práxis político-pedagógica realizada pelas travestis e mulheres transexuais brasileiras.**

Posfácio: Apesar de tantas “penações”, especulamos porque existimos

Este relatório é relevante a partir de várias perspectivas: na escrita situada de **Maria Clara Araújo dos Passos** temos uma análise que, com seus compromissos ativista e acadêmico atuantes na filantropia, e desde seu enfoque nas organizações de travestis e mulheres transexuais do Brasil, nos estimula a intervir no presente para especular um futuro para todas as pessoas.

Se desejamos um futuro que resulte de intervenções comprometidas com as transformações sócio-históricas necessárias para responder às crises existenciais da humanidade, **este relatório nos alerta de que é impossível construir esse futuro sem considerar as trajetórias de injustiça e resistência que travestis e mulheres transexuais percorrem há décadas, nos contextos brasileiros.**

Por mais que se violentem e militarizem conceitos como democracia, direitos humanos, infância, justiça, gênero a partir de parâmetros cisheteronormativos ocidentalizados, atentar às origens dessas crises nos exige enfrentar, entre outros problemas, sua economia política. Aqui, como ponto de partida para reimaginar esses conceitos, estão os movimentos de travestis e mulheres transexuais, e as suas conquistas e brechas apesar de todas as penações por acué. Apesar das extorsões de alibãs e milicos, entre tantos apesares, aqui podemos dialogar com algumas das realidades desses movimentos, a partir da costura cuidadosa de Maria Clara.

Quero finalizar essas palavras, na oportunidade valiosa de participar deste relatório, para reforçar **a relevância de pesquisas que analisem as especificidades contextuais, territorialmente localizadas, para dimensionar as necessidades de recursos dos diversos movimentos sociais de pessoas trans e de outras dissidências de gênero.** Penso que este relatório é um trabalho que nos incita a mais estudos sobre outras populações trans e dissidências, em outros territórios, e aqui celebro a Rede Comuá pelo apoio singular à pesquisa da autora. Como parte de uma financiadora dedicada aos movimentos liderados por pessoas trans ao redor do mundo, **consideramos o mapeamento dessas necessidades e desafios algo fundamental e que adensa nossas compreensões das conexões globais entre movimentos sociais e a filantropia.**

Que este estudo seja um momento de reflexão sobre como precisamos articular os fluxos de financiamento existentes às complexas necessidades dos movimentos sociais, no sentido de futuros mais justos e radicalmente democráticos.

Na costura deste relatório e nos seus resultados compartilhados, temos pistas para ampliar e diversificar presenças, redefinir confianças, e partilhar das potências do que travestis e mulheres transexuais brasileiras poderão realizar, com a efetivação de seus direitos e a partir das organizações em que trabalhem, em múltiplos espaços. Porém, ao não intervir no presente, com as assimetrias de recursos existentes para os agentes antitrans, podemos também levar ao estrangulamento dessas pistas.

Viviane Vergueiro Simakawa¹

¹ Viviane Vergueiro Simakawa é uma ativista transfeminista, pesquisadora e economista. É oficial de Programas no Fundo Internacional Trans. Ela também tem mestrado em Estudos Culturais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e é bacharel em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



CADERNÃO AQUE?

MARIA CLARA ARAÚJO DOS PASSOS